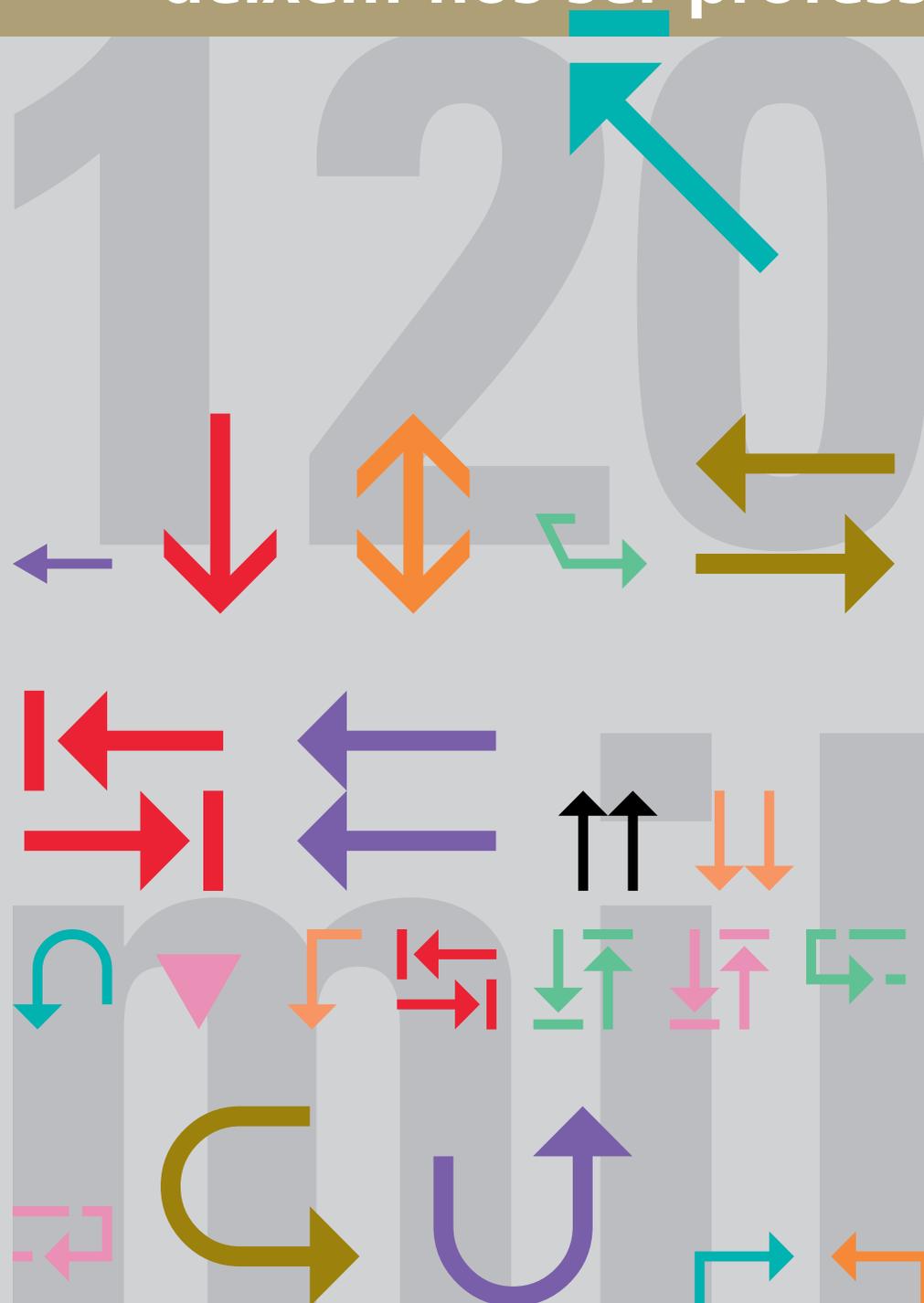


deixem-nos ser professores!



SPN: Novembro/1982-2008

Tempo de aniversário

É comum dizer-se que um país ou uma organização sem memória não tem presente nem futuro. As opções que se foram fazendo ao longo da sua história marcam aquilo que são hoje e serão amanhã. A passagem de mais um ano na história de vida do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) não pode ser pretexto para uma atitude de saudosismo, mas, ao mesmo tempo, não pode ignorar todos os que partilharam connosco os caminhos que nos trouxeram até aqui e fizeram do SPN o segundo maior sindicato de docentes do país. Muitos deles continuam ao nosso lado. Outros já partiram, deixando em nós um imenso vazio que vamos preenchendo com as recordações da sua passagem pela nossa vida. A história recente do nosso sindicato não pode significar a exclusão de ninguém no papel que desempenhou na criação, desenvolvimento e reforço do SPN. Ultrapassado que foi o quarto de século, continuamos a fazer o melhor que podemos e sabemos para estar à altura do legado que recebemos – um sindicato forte e combativo, que tem inscrita no seu código genético uma permanente ligação às escolas e aos professores, uma articulação dialéctica entre a luta e a negociação, a exigência de ser parte activa na definição das políticas educativas e na configuração da profissão docente. A passagem de mais um ano coincide com o desenvolvimento de uma luta sem paralelo na história da nossa profissão. A participação do SPN no plenário/manifestação de 8 de Novembro foi, mais uma vez, determinante para encher as ruas de Lisboa. Com o SPN viajaram 16.000 professores, que foram engrossar o caudal da indignação e da exigência de respeito pela profissão docente. De entre as várias consignas que identificam o SPN, há uma que marca sobremaneira o momento actual: **SPN, UMA FORÇA QUE CONTA!** É o que temos de continuar a mostrar no nosso combate de todos os dias.

A Direcção do SPN



spn
INFORMAÇÃO

Director Abel Macedo · **Editor** António Baldaia · **Conselho de Redacção** Adriano Teixeira de Sousa, Fernando Bessa, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Nuno Bessa, Rogério Ribeiro · **Colaborador Permanente** José Paulo Oliveira

Design Gráfico Adriano Rangel · **Paginação / Digitalização** Isto é comunicação visual, lda. · **Impressão** Lisgráfica, SA

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redacção e Administração** R. D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6
E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 21.500 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal n°** 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não reflectem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direcção do SPN.

O futuro não passa por eles

Quando a corda se estica demasiado, o mais provável é que acabe por romper. O Ministério da Educação insiste em esticá-la até ao limite do inacreditável e, provavelmente, estatelar-se-á rotundamente quando o mais previsível acontecer – a corda partir de vez. A verdade é que o incompetente trio a quem entregaram a pasta da Educação tudo tem feito para que assim aconteça.

Claro que a obstinada, cega, arrogante e prepotente chefe de equipa corporiza o que de mais negativo se tem visto de políticas educativas neste país desde que conquistámos a democracia. Claro que não poderia desenvolver uma postura destas mais do que uns meses, não fosse o claríssimo apoio às suas diatribes que vem recebendo de um primeiro-ministro que, claramente, se revê no intratável estilo da sua ministra de estimação. Por isso a derrota que, inexoravelmente, vão sofrer, será dos dois, em partes de responsabilidade que deixamos para discutirem entre si.

E essa derrota, que vem a ser desenhada desde 8 de Março, consumou-se agora, a 8 de Novembro, aquando da maior manifestação desde sempre realizada pelos professores e educadores portugueses.

Não será ousado falarmos de derrota consumada quando, aparentemente, tudo continua na mesma ao nível da assunção pública destas desastrosas políticas? Por este lado, talvez. A teimosia parece não ter fim e a fuga para a frente o caminho sempre escolhido. Mas, e do outro lado, do lado dos professores, não há qualquer evolução? Como aproveitarão o facto de, no espaço de apenas 8 meses, se terem manifestado de forma tão inequívoca por duas vezes, de terem até demonstrado da segunda vez uma maior coesão do que antes e de juntarem num só protesto 85% da totalidade dos professores portugueses, número impressionante, nunca registado desta forma ao nível de qualquer classe profissional portuguesa?

Talvez o mais importante a reter da incrível presença de 120 mil professores nas ruas de Lisboa seja a determinação aí demonstrada, a capacidade de luta aí anunciada e a vontade assumida de tomar o seu destino colectivo nas próprias mãos, de que é exemplo a histórica decisão de suspenderem a aplicação deste impossível modelo de avaliação do desempenho docente. Os professores presentes perceberam com nitidez que, se agirem em unidade, irão forçosamente quebrar a obstinação reinante na 5 de Outubro e que, se souberem manter essa unidade na prolongada luta que têm pela frente, estarão criadas as condições para dela saírem vitoriosos.

Não há maiorias imbatíveis, como não há políticas imorredouras. Em democracia, todo o poder é efémero, embora os que o detêm temporariamente por vezes se esqueçam dessa verdade.

E, se é verdade que o fulcro das actuais contestações se encontra ao nível do modelo de avaliação do desempenho, qualquer aprofundamento de análise de tudo o que está mal nesse modelo, nos conduz a, pelo menos, mais dois diplomas fundamentais: o Estatuto de Carreira Docente e o da gestão e administração escolares.

Estão aqui os eixos principais da implacável ofensiva desencadeada pelo Governo Sócrates sobre os professores e a Escola Pública. E só uma visão global dessa ofensiva, assente nas implicações e interações que estes diplomas têm entre si, permite a justa percepção do seu alcance mais profundo. Derrotá-la significa, assim, que há que alterar profundamente cada um destes diplomas e que não basta corrigir o que cada um carrega de errado, dentro de uma visão de conjunto, articulada e coerente.

Abel Macedo,

Coordenador do SPN



Os professores presentes em Lisboa, no dia 8 de Novembro, perceberam já o alcance deste desígnio, e não deixaram outra margem de manobra à equipa ministerial que não seja aceitar a derrota e, de forma honesta e democrática, passar de imediato à fase de negociar todas essas matérias. Suspendendo de imediato a aplicação do seu modelo de avaliação, claro, mas partindo logo de seguida para um processo de negociação que permita encontrar outras soluções para os principais eixos de política educativa e condições de exercício sócio-profissional na docência.

Negociar não é decidir, sabemos (quase) todos. Negociação é um conceito que Maria de Lurdes Rodrigues e José Sócrates ainda não conhecem. Cabe-nos a nós, professores em luta, assumindo uma vez mais o papel de educadores, ensinar-lhes o que isso é, em todas as suas implicações. Mas já sem qualquer tipo de condescendência perante alunos tão relapsos, que fazem da ignorância arrogante a sua maneira de estar na vida e na política. ▶

Alterações aos concursos:

última hora

Mesmo em cima do fecho desta edição, o Ministério da Educação apresentou uma 2ª versão da sua proposta de alteração ao diploma que regula os concursos, na qual, além de outras menores, introduz algumas alterações significativas.

Uma delas configura uma cedência parcial no que respeita ao concurso dos actuais docentes de quadro de zona pedagógica, que já só terão de se candidatar obrigatoriamente aos quadros dos agrupamentos do QZP a que pertencem. Mas, caso estes não sejam transferidos, na 'afectação' a escolas já terão que escolher, além dos agrupamentos do seu QZP, os pertencentes a um outro QZP de uma lista que o ME indicará! O não cumprimento desta imposição seria interpretado pelo ME como manifestação de vontade de colocação em mobilidade especial.

Outra cedência foi no *timing* de aplicação da nova fórmula de cálculo da graduação profissional (com a integração da avaliação do desempenho), propondo que a mesma não se aplique no 1º concurso a realizar. Só que esta é uma prenda envenenada, já que, em simultâneo, apenas passa a considerar para graduação o tempo de serviço avaliado no mínimo de "Bom".

Em Julho, o Ministério da Educação (ME) apresentou às organizações sindicais as linhas gerais de uma proposta de alteração ao diploma que regula os concursos [Decreto-Lei nº 20/2006 de 31 de Janeiro], vindo a concretizar essa proposta num anteprojecto de diploma apresentado apenas no final de Setembro. Face ao seu conteúdo, e a par de matérias como a estrutura de carreira, a avaliação do desempenho e a gestão das escolas, também os concursos devem merecer muita atenção da parte dos professores, e sobretudo muita acção...

Na apresentação inicial, a tutela estabelecia três objectivos para a mudança pretendida: ajustar os quadros de agrupamento (QA) e de escolas não agrupadas (QE) às efectivas necessidades; continuar com as colocações plurianuais; diminuir o tempo de colocação nas necessidades transitórias.

Pena é que o ME tenha uma noção radicalmente diferente da nossa quanto ao que são as reais necessidades permanentes dos estabelecimentos de ensino, caso contrário estaríamos perante um evidente ponto de acordo...

Já quanto à aceleração das colocações nas necessidades transitórias, claro que esse deve ser um objectivo a perseguir, com ganhos evidentes para todos – alunos, desde logo, mas também os docentes. Mas esse objectivo não deve servir de pretexto para não se respeitarem as preferências dos candidatos, a par da sua graduação, algo que a proposta do ME implica, logo desde as primeiras colocações de Setembro.

De facto, o ME pretende substituir as actuais colocações cíclicas, com periodicidade semanal [pelo menos era suposto serem-no, mas a realidade, sobretudo do corrente ano lectivo, tem sido bem diferente, com os atrasos a sucederem-se, tendo-se chegado a meio de Novembro apenas com 5 colocações realizadas...], pela introdução de uma bolsa de recrutamento à qual as escolas acederiam directamente, introduzindo a caracterização da sua necessidade: grupo de recrutamento, horário e duração previsível do contrato. A aplicação informática indicaria, de imediato, o docente colocado – ou seja, o mais graduado disponível no respectivo grupo que tivesse concorrido nas respectivas condições de horário e duração do contrato.

Mas esse professor pode ser colocado numa preferência qualquer, mesmo que não caiba nas suas primeiras opções, pelo que o sistema tanto pode originar uma colocação à porta de casa como a 600 km de distância, apenas dependendo da sorte de qual o

intenções e consequências



agrupamento que entra no sistema quando o candidato estiver “à bica” para ser colocado... Isto é, no segundo ou minuto seguinte, outra escola poderá introduzir opções mais favoráveis para um docente já colocado. Mas já nada haverá a fazer.

Aceitando-se que o ME pretenda introduzir rapidez nas colocações, o método é inaceitável, pelo menos durante a fase em que é maior o número de colocações, como em Setembro, o que levou a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) a propor a manutenção de colocações cíclicas nesse período. Acresce o facto de o ME não prever, nas colocações através da bolsa de recrutamento, a publicitação de listas, o que retiraria toda a transparência ao processo e impediria os docentes de reclamarem ou recorrerem de eventuais erros do sistema.

Ainda assim, não deixa de ser curioso que o ME, construindo um sistema e uma aplicação que não se cansa de elogiar, apenas proponha a sua utilização até ao final do 1º período lectivo, insistindo, de forma injustificada, na substituição, a partir daquela data, pela contratação em oferta de escola...

De cavalo pra burro

No que respeita à criação de QA, a Fenprof não pode deixar de discordar, como já deixara expresso no parecer entregue ao ME. Com efeito, no caso da criação dos QA, o docente pertencente ao QE de uma escola integrada em agrupamento transitaria de imediato para o quadro desse agrupamento, pelo que se criaria, unilateralmente, uma situação de alteração do conceito de local de trabalho. Pior ainda, não são sequer estipuladas regras para a ‘afecção’ dos docentes às escolas do agrupamento, algo tanto mais grave quanto maior for o número de escolas do agrupamento e a distância entre elas e que afectará sobretudo os docentes do 1º Ciclo e da Educação de Infância.

No tocante às colocações plurianuais, apesar de serem já uma realidade desde 2006/07 (agora apenas se prolonga a sua duração de 3 para 4 anos, como também já estava previsto), desde o início que a Fenprof

se pronunciou desfavoravelmente, designadamente por esta plurianualidade não depender de opção do candidato, como ocorre na Região Autónoma dos Açores. Mas, caso a proposta do ME fosse avante, já nem seria mau de todo que os malefícios se ficassem por aí... Longe disso! Desde logo, o ME retira aos docentes da categoria de Professor Titular a possibilidade de se oporem a concurso nacional, seja para transferência de quadro, destacamento por aproximação à residência ou mesmo por condições específicas (doença ou deficiência próprias, do cônjuge ou de familiares). Também definitivamente excluídos dos concursos nacionais – restando-lhes apenas a oferta de escola – ficariam os titulares de habilitação própria, não sendo sequer previsto qualquer mecanismo que lhes possa vir a permitir o acesso à profissionalização em serviço.

Outra das maiores barbaridades da proposta, resultante da intenção de extinguir os quadros de zona pedagógica (QZP), reside na obrigatoriedade que pretende impor aos docentes desses quadros de concorrerem aos novos QA (algo que no actual quadro legal nem tinham que fazer, podendo manter-se em QZP), ainda para mais a um mínimo de 25 agrupamentos individualmente indicados, mas também a todos os integrantes de, no mínimo, 4 das actuais zonas pedagógicas, incluindo aquela em que está integrado!

Ou seja, o ME pretende que, por exemplo, um professor do QZP de Bragança tenha que concorrer não apenas aos agrupamentos desse QZP, mas também, por hipótese, aos de Vila Real, Tâmega e ainda outro (Porto? Braga?). Um professor que poderia ter levado anos ou mesmo décadas até conseguir integrar um quadro próximo da sua residência poderia, de repente, voltar a afastar-se drasticamente – o povo tem uma forma muito directa de descrever o que o ME, por força de uma medida iníqua, pretende impor aos educadores/professores: obrigá-los a andar de cavalo para burro... E não satisfeito, o ME prevê, ainda, a instauração de procedimento disciplinar nas situações em que os docentes não se apresentem a concurso ou não respeitem o âmbito geográfico imposto.

E o rol continua...

Se a proposta do ME viesse a ser lei, a avaliação do desempenho, mesmo à revelia dos objectivos para ela estabelecidos no Estatuto da Carreira Docente, viria a influenciar, e de forma tão significativa quanto potencialmente injusta, a graduação profissional. Concretamente, o ME pretende que à fórmula já em aplicação, para a qual contribuem a classificação profissional e o tempo de serviço, se acrescentem 2 valores se a última avaliação do desempenho obtida for de "Muito Bom" ou 3 se essa avaliação foi de "Excelente".

A medida, em si, já é profundamente negativa e injustificável, nomeadamente sabendo-se que os critérios seguidos pelas escolas poderão diferir imenso – a curta experiência de um ano, mesmo com avaliação simplificada, prova-o à saciedade – e que a iniquidade das quotas não permite avaliar o mérito absoluto. Mas ainda mais perversa seria se aplicada num ano em que a esmagadora maioria dos docentes dos quadros não foram avaliados, o que não invalidaria a forte possibilidade de múltiplas ultrapassagens, sobretudo entre docentes situados no 1º escalão da actual carreira, dos quais apenas escassas centenas foram avaliados, não sendo dada a todos a mesma possibilidade.

Mas o anteprojecto enferma ainda de outros aspectos bastante negativos: toda a contratação seria feita a termo resolutivo, o que actualmente só tem lugar no âmbito das ofertas de escola; o ingresso nos quadros seria feito nos termos da Lei 12A/2008, ou seja, em contrato sem termo; as colocações na Educação Especial seriam processadas nos exactos moldes das dos restantes grupos de recrutamento, mas o ME não fez as adaptações que se entendem necessárias, designadamente quanto a habilitação e graduação profissionais; o ME deixou de fora, remetendo para diploma a publicar, os quadros e o recrutamento para as designadas escolas prioritárias, estabelecendo logo à partida uma diferenciação, mas sem a dar a conhecer.

Por último, refira-se que a proposta prevê a instauração de procedimento disciplinar nas situações em que os docentes devam apresentar-se a concurso e não o façam ou caso não respeitem o prazo para apresentação ou aceitação de colocação. ▶

José Manuel Costa,
Direcção do SPN



Professores “promovidos” a delegados comerciais

Insistindo teimosamente numa perspectiva muito própria de encarar a função docente, o Ministério da Educação está a exigir aos professores do 1º Ciclo do Ensino Básico a realização de tarefas e procedimentos que nada têm a ver com o conteúdo funcional da profissão, promovendo-os a funcionários administrativos – ou, mais grave ainda, a delegados comerciais num negócio para o qual não foram tidos nem achados.



O caso passa-se com o “Magalhães”.

Seguindo os preceitos da romaria popular, numa espécie de *ó Maria, vou prá festa*, o Governo e o ME fazem de comissão de festas e lançam os foguetes, as direcções regionais de educação batem palmas e enviam orientações para as escolas e os professores apanham as canas e operacionalizam todo o *arraial*, realização de um conjunto de tarefas mais próprias de delegados comerciais.

De facto, ainda que na posse de informações escassas, os docentes têm de informar os encarregados de educação sobre o Magalhães; fornecer os documentos de adesão e, não raramente, preenchê-los quando solicitados pelos pais; recepcionar e validar as fichas de inscrição e os termos de responsabilidade; inscrever os alunos no sítio da internet, obtendo do sistema o código de validação de cada um [situação que não se tem revelado nada fácil por inacessibilidade ao respectivo sítio]. E como se este *informar, entregar, preencher, inscrever, verificar e aguardar* não bastasse, ainda há mais – os professores têm de assinalar a efectivação dos pagamentos pelos encarregados de educação dos seus alunos, receber das operadoras que fornecem os serviços as respectivas facturas, entregá-las aos encarregados de educação...

Pausa. Não será estranha, também, a utilização do número de identificação fiscal (NIF) dos professores?

Continuemos: *competete*, ainda, aos professores *receber e distribuir os computadores* e, finalmente, *estabelecer regras para a utilização do computador na sala de aula* – que num Estado decente (e não demente!), seria a única de todas as funções que caberia ao professor!

Acresce que o ME se esqueceu de estabelecer os tempos e os espaços para estas “novas funções” docentes. Com um horário carregadíssimo, resultado do total desrespeito pelo acordado com os sindicatos e plasmado em diploma legal, pensará o ME que todo este trabalho de operacionalização do programa “*e-escolinha*” será feito em prejuízo das poucas horas que o professor tem para preparar as aulas e à custa da sua vida privada?

É caso para perguntar onde está o respeito pela qualidade de leccionação que se pretende? Ou não se pretende?

Pois parece que não! Basta relembrar os últimos acontecimentos. Primeiro, foi o retalhar dos horários, privilegiando as prioridades e os interesses dos promotores das actividades de enriquecimento curricular (AEC), que de repente passaram a ser a coisa mais importante da actividade escolar, relegando para segundo plano o próprio horário pedagógico – sublinhe-se, *pedagógico*. Depois, o turbilhão de actividades impostas aos professores, como o apoio ao estudo, o elevado número de reuniões que raramente duram o estipulado, a supervisão das AEC, atendimento aos pais, acções de formação pós-laboral. A que se juntam os longos e inimagináveis procedimentos do inenarrável modelo de avaliação de desempenho do ME.

E pronto, lá se vai a componente individual do professor. Agora, temos o Magalhães a ameaçar acabar com a vida pessoal dos docentes.

Tudo isto está a deixar os professores do 1º Ciclo indignadíssimos e exaustos, causando um sentimento de desilusão e desespero levado ao expoente máximo. Decididamente, cabe perguntar ao ME o que realmente pretende dos professores portugueses. Em princípio, a sua actividade não deveria privilegiar a docência?

Mas, pensando bem, se calhar nem vale a pena, pois a resposta parece óbvia: “*Docência? Sim, sim, claro que sim,... nas horas vagas!*”...

Não, definitivamente, assim não se pode ser professor!

Basta! Deixem-nos ser professores! ▶

Coordenação do 1º Ciclo do SPN

A posição do SPN



Repudiando esta nova tentativa de *funcionarização* da profissão docente, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) manifestou à Direcção Regional de Educação do Norte – da qual não obteve qualquer resposta até ao encerramento desta edição – o seu profundo desacordo face ao conteúdo expresso no documento “*Informação para os Professores e Encarregados de Educação*”, acerca do programa “*e-escolinha*” e às orientações emanadas pela própria DREN, dando “total prioridade ao pedido de encomenda”, exigindo que a direcção regional tome “as medidas necessárias para pôr cobro a esta exigência inaceitável e despropositada, dado que nos agrupamentos existem serviços especialmente vocacionados para o exercício de funções administrativas”.

Porque não pode pactuar com esta forma de encarar a profissão e os seus profissionais, em que a administração educativa pretende fazer dos professores delegados comerciais ao serviço de operadoras de telecomunicações e de fabricantes de computadores, o SPN tem disponível [ver www.spn.pt] um conjunto de materiais que poderão servir aos professores para tomadas de posição – preferencialmente colectivas – e que vão da solicitação, aos conselhos executivos ou às direcções regionais, da fundamentação legal para estas novas *funções docentes* até uma minuta de protesto e um abaixo-assinado. Por outro lado, porque esta não é uma actividade de foro pessoal, o SPN defende que a inscrição no programa “*e-escolinha*” seja feita pelo número de identificação fiscal da escola e não pelo dos professores, pelo que deverão solicitar o NIF da escola e aguardar resposta.

Nos casos em que o processo já esteja em andamento, é fundamental que os professores o façam sob protesto escrito e registem o tempo dispendido, no sentido de, se for caso, exigir aos conselhos executivos o pagamento de serviço docente extraordinário. ▶

O novo pioneirismo de Magalhães



Nunca imaginei que, cinco séculos depois, o navegador português pioneiro da circum-navegação seria associado a um novo pioneirismo – a investitura dos professores do 1º Ciclo em administrativos e delegados comerciais.

Efectivamente, o computador “Magalhães” – apresentado pelo Governo como uma inovação tecnológica sem precedentes, quando a generalidade das escolas se debate com dificuldades para, por exemplo, manter uma fotocopiadora... – tem obrigado os professores titulares de turma a navegarem num mar de tarefas completamente desfasadas do conteúdo funcional dos docentes, retirando-lhes os já escassos tempos para a preparação das aulas.

Sim, porque nós, professores do 1º Ciclo, para além das 5 horas de actividade lectiva diária, temos que dar apoio ao estudo (agora que os alunos não têm tempo para estudar em casa), fazer atendimento a pais e encarregados de educação, fazer supervisão pedagógica e observação das actividades de enriquecimento curricular (quando não tivemos qualquer responsabilidade na organização das mesmas), participar em reuniões (que constam dos regulamentos internos das escolas como obrigatórias e mensais), fazer formações (que exigem tempo para frequência, preparação de aulas e organização de portefólios) e tudo o mais que surja no quotidiano escolar.

Como se isto não bastasse, eis que surge o “Magalhães”, exigindo mais uma panóplia de tarefas que, pelo seu carácter, deveriam estar a cargo dos serviços administrativos dos agrupamentos, em vez de sacrificarem os nossos tempos pessoais, com reflexos notórios tanto na qualidade do ensino-aprendizagem como na vida pessoal de cada um de nós.

Por isso, e porque acabamos de protagonizar mais uma grandiosa manifestação de protesto contra uma política educativa destabilizadora das escolas e lesiva dos professores, desabafo aqui o apelo multiplicado por 120.000 na Baixa de Lisboa: *deixem-nos ser professores!* ▶

Maria José Araújo,
Área Sindical do Porto

Professores tomam posição



Os professores do 1º Ciclo do Agrupamento Soares dos Reis, em Gaia, enviaram uma exposição à ministra da Educação, à directora regional e à presidente do Conselho Executivo, negando autorizar a utilização dos seus dados pessoais.

“Os docentes titulares de turma do 1º ciclo do Ensino Básico do Agrupamento Vertical de Escolas Soares dos Reis, em Vila Nova de Gaia, após terem acesso às condições de inscrição dos alunos para aquisição do computador Magalhães, vêm junto de V.ª Ex.ª expor o seguinte:

Atendendo às orientações do programa “*e.escolinha*”, os docentes titulares de turma deste agrupamento terão de assumir o papel de intermediários directos na inscrição e fazer o acompanhamento de todo o processo de adesão ao programa para a compra dos computadores Magalhães, recorrendo à utilização dos seus dados pessoais como código de acesso.

Os docentes vêm, por este meio, declarar que não autorizam a utilização dos seus dados pessoais como código de acesso à inscrição para a aquisição de um bem e serviço de terceiros, mesmo que sejam os seus alunos, nem para nenhum outro fim.

Sugerem que a adesão ao programa “*e.escolinha*” seja feita utilizando outros dados – dos próprios alunos, dos encarregados de educação, da escola.” ▶



O negócio dos portáteis de baixo custo

De onde vem o “Magalhães”?

Nicholas Negroponte é um dos mais brilhantes cientistas do MIT –Massachusetts Institute of Technology, um dos líderes mundiais em ciência e tecnologia. Autor de «Vida Digital», foi o primeiro a desafiar a comunidade científica, bem como a indústria das novas tecnologias, a desenvolverem um computador de baixo custo que contribuísse para aumentar o acesso das classes menos favorecidas à era digital. Se quisermos, a ideia central era produzir um portátil a custos reduzidos que, de algum modo, permitisse a verdadeira globalização, nomeadamente nos países subdesenvolvidos e nos emergentes.

A singularidade do projecto não vem tanto da ideia em si mesma, mas do facto de Negroponte projectar a necessidade de envolver as grandes empresas mundiais neste processo: Google, Microsoft e outras. Porque o dinheiro nem sempre – quase nunca? – combina com ética, um dos parceiros (a Intel) meteu pés ao caminho, deixou o projecto “One Laptop Per Child” (Laptop XO) e avançou com o Classmate. Estava lançada a “guerra entre o OLPC e o Classmate”.

Porquê o Classmate e não o melhor e mais barato?

Ao longo dos últimos anos, a Intel tem procurado parceiros de âmbito nacional, de modo a expandir o seu negócio. Com mais ou menos cor, laranja ou azul, fica a sensação de que “vale tudo” para expandir o conhecimento – o Classmate é, há algum tempo, uma realidade no Vietname (Hacao), Brasil (Mobo Kids), Indonésia (Zyrex), Chile, Líbia, Itália (JumPC) e em muitos outros países – em Espanha é o Invés Junior. Numa perspectiva de maximização do lucro, a estratégia da empresa na aproximação aos diferentes mercados assenta quase sempre em duas ideias-base: entregar aos respectivos países a produção das máquinas, numa ilusória forma de sugerir que assim se cria emprego e encontrar um pretexto de comunicação que induza na população a ideia de que está perante uma necessidade quase existencial, seja para aprender o Corão, na Malásia, ou para saber mais sobre os descobrimentos, em Portugal.

É assim que os americanos acabam por conseguir um excelente negócio em Portugal – um custo na ordem dos 350 euros garante à Intel um lucro substancial, sobretudo se pensarmos que o OLPC tem um custo inferior em mais de 50%. O nos que leva a perguntar: porque optou o Governo pelo produto mais caro, ainda por cima sem qualquer tipo de concurso? porque optou o Governo pelo produto de menor qualidade, algo absolutamente confirmado pelos especialistas, que colocam o XO muito à frente do Classmate?

A formação dos coordenadores TIC

A máquina de propaganda do Governo apresentou o “Magalhães” como sendo o *primeiro portátil português*. E o método da repetição sem fim das mesmas ideias e das mesmas informações levou até à exaustão uma ideia – Sócrates ia dar computadores a todos os alunos do 1º Ciclo.

E quando tudo parecia que se ia manter no âmbito da realidade virtual, eis que os coordenadores da área das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) são informados de que nos dois dias imediatos teriam que estar numa formação para apresentação do computador. Sim, leram bem: na tarde do dia 15 de Setembro, os coordenadores TIC da área da DREN foram convocados para uma formação nos dois dias seguintes – o facto de se estar na primeira semana de aulas foi apenas um detalhe, e uma convocatória com meio dia de antecedência um pormenor insignificante...

E apesar disto tudo, dois dias de tempo perdido.

A formação começou com uma intervenção política do Ministério da Educação, procurando passar a mensagem já repetida até à exaustão pelo Governo. Depois entrou em campo a máquina da Intel.

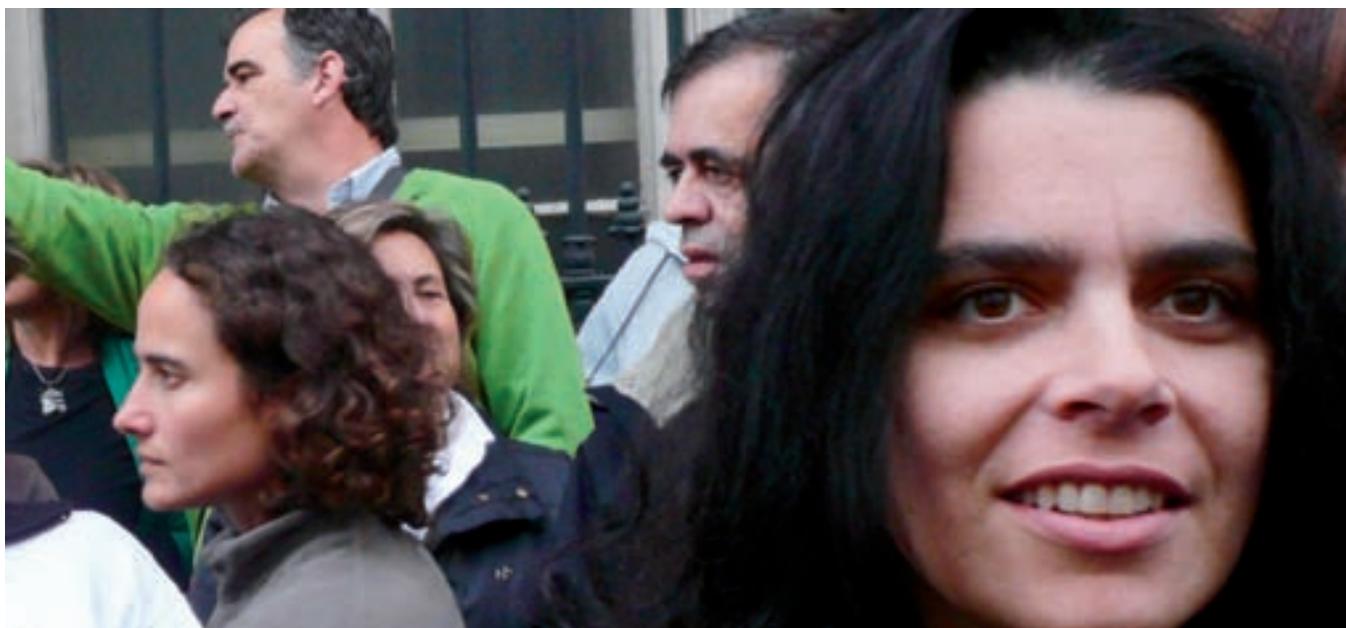
No primeiro dia, com um discurso simpático, mas vazio de conteúdo, as formadoras procuraram passar a ideia do interesse do “Magalhães” em contexto de sala de aula: colaboração, cooperação e partilha foram vocábulos usados repetidamente. As sessões seguintes resumiram-se a workshops para apresentação do software disponível no portátil.

No dia seguinte, viria a proposta de trabalho que se tornou uma anedota nacional – produzir uma canção sobre o “Magalhães” que, de algum modo, permitisse explorar as potencialidades do computador. A concretização da tarefa dava direito a participar no sorteio de 4 máquinas – para mais de 200 professores...

O resto faz parte da espuma mediática derramada sobre a opinião pública. ▶

João Paulo Silva,
Direcção do SPN

Da indignação à exigência: **deixem-nos ser professores!**





Reencontros

Adriano Teixeira de Sousa,
Direcção do SPN

Ainda ecoam em nós, os que lá estivemos, os clamores da força que os professores demonstraram no dia 8 de Novembro. Tal como em Março, as praças de Lisboa foram demasiado pequenas para conter o nosso entusiasmo.

Mas o 8 de Novembro foi também um dia de reencontros. De colegas que há muito não víamos, da unidade que muitos vaticinavam estar perdida, da força de estarmos juntos.

Em nome desse reencontro, temos que afirmar que o caminho que nos trouxe até aqui não admite retorno. Cabe a cada um de nós confirmar que, a partir de agora, nada será como antes.

A cada um o seu reencontro. O que me causou mais emoção foi, no meio de tantos milhares, ter reencontrado os meus colegas de escola. Para eles aqui vai o meu abraço e a esperança de que, em breve, voltemos a estar juntos. ▶

8 meses depois de 8 de Março, 8 de Novembro...

Quando muitos pensavam que os educadores e professores portugueses estavam desmobilizados, quando muitos afirmavam que estavam desunidos, quando muitos aspiravam à morte dos sindicatos, surge o dia 8 de Novembro.

Milhares de educadores e professores, milhares de sorrisos, milhares de bandeiras, muita animação, esforço e palavras de ordem, mas também muita esperança, fizeram daquela mais uma data memorável para os docentes portugueses. Uma vez mais, também, a demonstração do querer dos

Júlia Vale,
Direcção do SPN

professores do Norte, que se fizeram deslocar a Lisboa em mais de 300 autocarros do SPN, numa clara afirmação do nosso sindicato como grande força mobilizadora e unificadora.

8 de Novembro é mais um marco histórico! Mas é "apenas" mais uma etapa nesta luta que se adivinha dura, mas imprescindível!

Independentemente da arrogância, da prepotência, da mentira, do autoritarismo e do autismo do ME e do Governo, em Lisboa demonstrámos que unidos conseguiremos levar a bom porto a defesa da Escola Pública e dos nossos direitos, a bem das crianças e jovens deste país. ▶

A parte vale como o todo

Dia de Verão. FNAC: a falta de dinheiro inspira a flutuação errante pelos títulos disponíveis. Toca o telemóvel; do outro lado, após algumas confidências, uma pergunta lancinante: “Mas, se fizer as sessões de quimioterapia, como fica a minha avaliação?”

Minutos depois a penumbra do parque encobre o desespero da minha raiva – com a vida a fugir-lhe, o que lhe ocupa a mente é a avaliação. Percebe, senhora ministra? A avaliação.

Alguns meses depois, antes de começar uma reunião sindical, vejo esta mulher (fantástica!) entrar pela sala dentro e dizer-me com o olhar: “Estou aqui a lutar contigo, por nós”. Era a segunda vez que me caía tudo. Mas não se ficou por aí: “Quero ir à manif! Quero, não. Vou!”

E foi! Para cima e para baixo, do Paço ao Pombal e vice-versa, com uma coragem fantástica. Uma força de vida que valeu a manif!

Com a tua força, vais vencer! Com a tua força, vamos vencer! Obrigado por seres professora! ▶

João Paulo Silva,
Direção do SPN

P.S. A nossa mais recente sócia fez questão de se sindicalizar no dia anterior à manifestação. “Quero ir a Lisboa sindicalizada”, ouvi eu, orgulhoso. Afinal, somos uma força que conta porque temos professores assim!



Sempre

Isabel Silva: Um dia, momentos inesquecíveis de partilha, onde não houve uma voz apenas, mas muitos gritos de apelo. Um apelo vindo de toda a parte. Rostos de toda a parte como se fossem um só, uns novos, outros quase velhos e outros já velhos. Em todos eles vi a mesma paixão pela escola, vi as suas próprias vidas em suspenso, o desânimo e uma tristeza difícil de medir em palavras. Emocionou-me saber que tantos, como eu, amam ensinar em liberdade. Emocionou-me perceber que tantos, como eu, continuarão a lutar por esse direito. Sempre.

Margarida Almeida: Hoje, dia 8 de Novembro de 2008, dei a melhor aula da minha vida de professora. Mostrei aos meus alunos que exercer a cidadania é ir ao fim do mundo para defender os valores da Igualdade, da Liberdade e da Fraternidade, aliados ao trabalho sério e à honestidade. Sempre.

Maria Teresa Midões: Trinta e quatro anos passaram desde o 25 de Abril. O slogan renasce: os professores unidos jamais serão vencidos. Só a força da razão nos garante que vamos vencer tanta mentira, tanta calúnia, tanta incompetência, tanto desconhecimento da realidade. Com os sindicatos. Sempre. ▶

Professoras da EB2,3 Dr. Flávio Gonçalves, Póvoa de Varzim

Mais uma “lição” dos professores

Juntar uma multidão de professores de todas as idades, de todo o país, de todas as cores políticas, após uma semana de trabalho intensivo nas escolas e de reuniões intermináveis, como aconteceu na jornada do 8 de Novembro, pode não parecer tarefa fácil! Muitos ainda poderão pensar que se tratou de mais um “milagre” do Governo do PS, mais precisamente da sua fantástica equipa no Ministério da Educação! No entanto, mais uma vez, neste dia inesquecível, os professores saíram à rua para fazer o que fazem todos os dias: envolver os filhos dos portugueses em aprendizagens, preparar o futuro!

Parti para esta jornada consciente de que estava a participar em mais um momento histórico. Não

podia deixar de dar o meu contributo! Apesar deste Governo, do seu primeiro-ministro e da maquiavélica equipa escolhida para o Ministério da Educação, os professores continuam a dar lições e a prestar provas públicas, demonstrando inequívocas evidências da sua excelência. Fatalmente, o que ficará na História será mais esta gigantesca “lição” dos professores, uma aula prática de envolvimento cívico responsável, de sentido crítico esclarecido, de empenhamento abnegado, de partilha de afectos, de firmeza nas convicções, de capacidade de ler os sinais, de reflectir, de analisar e de realizar tarefas quando está em causa aquilo em que se acredita e a que se dedicou uma boa parte da vida. Por isso, reclamaram a uma só voz: deixem-nos ser professores!

A experiência vivida neste dia trouxe-me a certeza de que estamos a viver um momento marcante no combate pela dignificação da profissão docente e determinante na defesa da qualidade da Escola Pública. Se soubermos manter a unidade e a determinação, apesar da tempestade que se abalou sobre nós, recuperada a tranquilidade e agindo com sabedoria e bom senso, haveremos de chegar a bom porto! ▶

Cláudia H. Pereira,
sócia SPN nº 7.707



AVALIAÇÃO? COM CERTEZA! Éramos dezenas... Centenas... Milhares... De todas as idades, de todas as origens geográficas, de todas as ideologias... E a mole humana adensava-se, tornava-se difícil estar, tornava-se difícil até respirar. Alguém teve de ser retirado de maca, tal a pressão sofrida pela enorme quantidade de gente junta, unida por um único desígnio: recuperar a dignidade, vilipendiados que fomos pela campanha dos *media* (vozes do dono), orquestrados pelos nossos competentes “desgovernantes”; recuperar o direito a exercer a função para a qual nos formamos – ensinar! Avaliação? Com certeza. Todos os dias, centenas de alunos nos avaliam; todos os dias, os encarregados de educação que acompanham os seus educandos nos avaliam... Mas por favor, excelências governamentais, parem com as mentiras! Que seja encontrado um processo prático, negociado e exequível de avaliar... E deixem os professores ensinar!

Cristina Sousa Mendes, professora aposentada

É preciso acreditar!

Em tempos de crise, todos se queixam. E a crise provoca o temor, a desconfiança e o desejo da libertação. Procuram-se culpados, gritam-se palavras de ordem em surdina, não vá o diabo torturá-las.

E a crise chega a todos. O mexilhão sofre. Já sabendo o que é a inflação, faz contas ao salário que irá receber. Dizem os mais audazes: os ricos que paguem a crise. É o pagas! Os comissários do regime espreitam a cada canto. Jogam pela calada. Ninguém os conhece, mas todos desconfiam. Aplaudem o chefe e compartilham a mentira. Os médiocres buscam um meio para suprir a sua incapacidade. É o



salazarismo no seu melhor. Eles aí estão em lugares de chefia. Frequentam a escola em tempo recorde para depois serem os novos governantes das Novas Oportunidades formados em Magalhães que tudo resolvem. Qual Midas a transformar em ouro o que vê e toca!

Depois há a indignação que procura espaço próprio para se manifestar. A solidariedade move vontades e ao som de reunir esforços é ir por aí abaixo e conjugar palavras de ordem, porque no local de trabalho quem manda é o vírus, o liliputianismo e o atende telemóveis.

O mesmo querer, uma só vontade

Muitos foram a Lisboa. Era sábado, 8 de Novembro. O frio apertava. O sono ficaria adiado para outras oportunidades. A noite ia alta e Lisboa não estava assim tão longe. O Terreiro do Paço já tinha sido visitado. Que importava o Tejo e a estátua, se era ali que se vincariam as vontades e todos gritariam a plenos pulmões palavras de indignação não permitidas no agro do seu existir, alimentadas no dia-a-dia da sua vivência?

O querer era o mesmo. A vontade uma só. Mostrar a todos que aquele não era o modelo adequado a uma avaliação que ninguém rejeita.

Eram os professores em uníssono, vindos de todos os pontos, libertos de peias, afastados dos medos, a bradar indignações com palavras de ordem que só na ágora se pronunciam. Fotografias muitas, que se tiram para mais tarde recordar. Amizades que se revêem. Olhos que brilham. Emoções que não se contêm. Bocas que se sedentam de gritos, que finalmente se fazem ouvir. Conversas actualizadas em volta da docência e de resultados inverosímeis.

Por cima, helicópteros que espreitam, não vá a manifestação redundar em rebelião. Céu azul salpicado de nuvens projectando a sombra da temperança que todos desejam para uma governação que não faça lembrar tempos do douto César Moreira Baptista, monopolizador de meios de comunicação e dono da verdade em período salazarista.

Todos não somos de mais

E neste afã de obstinação, teimosia, autismo e de sabe-tudo, valha-nos o humorismo de quem de Trás-os-Montes desceu para mostrar a quem quis ver que, afinal, o humor também se abanca junto dos nossos corações e faz parte da existência.

De grelhas ao ombro, cobrindo a cabeça, mostrou como as grelhas da avaliação se utilizam. O repórter esteve lá e captou os momentos para a posteridade, numa altura em que todos apostam na possibilidade de outras grelhas. Um sorriso para atenuar a indignação, a fazer lembrar um rosto de quem à vida ainda não prestou contas.

Passo firme, vozes cadenciadas, e é o eco da vontade que se afina na Lisboa pombalina em direcção ao Marquês. Há quem veja. Há quem aplauda. O entusiasmo é grande.

Depois foi o regresso, o comentário, o cansaço da conversa e a alegria do cumprido. Dizem que valeu a pena. Fez eco a palavra docente. Aguardam o desenrolar dos acontecimentos.

O sono vencera, finalmente. Era madrugada quando chegaram a casa. Amanhã será outro dia. Diferente. É preciso acreditar! Todos não são de mais, mesmo que o número ronde os cento e vinte mil. ▶

João Cabrita,
sócio SPN nº 15.960

Os professores vão votar...



Em 8 de Março, enfrentando a primeira das duas gigantescas manifestações que 2008 trouxe para a rua contra ela e contra o seu reinado truculento, Maria de Lurdes Rodrigues limitou-se a desvalorizar o número (100 mil) com um “Não é relevante!”

Agora, porém, sem o sorriso artificial que a caracteriza, a ministra soltou-se: em entrevista ao Canal 1, acusou os sindicatos de falta de palavra, de romperem o “entendimento”, de pressionarem os professores nas escolas (persuadindo-os, designadamente, a participar na mega-manifestação que se viu), de serem industriados por líderes sindicais com interesses partidários, etc.

Quem viu aquilo e ouviu José Sócrates defender a reforma em curso e a posição da sua ministra, repetindo textualmente os termos com que ela o fizera, deu-se conta de que estamos perante mais um discurso de encomenda, mais um chavão perverso deste Governo, aproveitando a posição do PSD no assunto (posição que motivou, aliás, a viva indignação do segundo de Sócrates, Pedro Silva Pereira).

A questão, ainda assim, é outra. Para os milhares de professores em protesto, a questão não é a preponderância das estruturas sindicais e dos seus dirigentes na questão. Para os milhares de professores que saíram à rua, o problema chama-se “estado do ensino público em Portugal”, chama-se “degradação”, chama-se “burocratização”, chama-se “desalento”, chama-se “fraude”, chama-se “mentira”!

Para o primeiro-ministro, o processo de avaliação (como se ele fosse o único ponto do protesto) é irreversível. Elogiou os 1.400 contratados que obtiveram a menção de “Muito Bom” ou “Excelente”. Disse-o sem gaguejar, como quem diz ao país que já se consegue aferir o real valor de cada profissional, escusando-se a explicar como tal resultado é enganador, conhecidos que são os casos de um sem número de escolas sem quota para atribuir tais menções de mérito, ou de outras que as não atribuíram por não poderem, em rigor, distinguir os colegas.

Mas nem Sócrates nem Maria de Lurdes Rodrigues falaram do mau ambiente das escolas, da crescente arruaça e indisciplina, do carácter postiço dos resultados nos exames, da mentira em torno do *ranking*, das condições desumanas e extremamente precárias de milhares de professores em início de carreira. Para ambos, a questão é político-partidária e não social ou humana. Para os nossos governantes, a Educação é apenas e tão só um sector do Estado, tão só e apenas um dos vários que precisam de ser peneirados pelas finanças, até sair farinha do pior jaez.

Em Março, 100 mil não foram relevantes, mas agora sim. Agora os 120 mil foram irritantemente manietados pelos sindicatos. Lamentável desculpa de uma técnica-burocrata excelente, contudo péssima ministra. Ontem vi oposição em estado etílico. E Sócrates sabe-o bem. Goste ou não goste, 2009 é mesmo ano de eleições. E os professores lá estarão para votar! ▶

*João Ricardo Lopes,
Área Sindical de Famalicão*

ESTAMOS TODOS ERRADOS? 120.000! Dizem os números de uns... Porque os outros, estranhamente, nada dizem... Mas éramos muitos mais! Eram também aqueles que gostariam de ter estado presentes, mas que por variadíssimas razões o não puderam fazer. E deles recebíamos telefonemas e mensagens – eram sinais de solidariedade, eram informações sobre o que se dizia na Comunicação Social, eram palavras de indignação face à reacção da “sinistra”... E nós sorriámos com o apoio dado. E nós, mais tarde, emocionávamo-nos com aquele minuto de silêncio profundo. Estaremos todos errados? Não!!! E nós afirmámos: Não a este ECD! Não a este modelo de avaliação!

Olga Carneiro, sócia SPN nº 21.736

- *Agir para que em cada escola todos os educadores/ professores se comprometam com a decisão de suspender a avaliação de desempenho e recusem concretizar qualquer actividade que conduza à instalação ou desenvolvimento do modelo imposto pelo ME*
- *Apoiar a decisão da Plataforma Sindical dos Professores de suspender a participação na comissão paritária de acompanhamento da aplicação da avaliação*
- *Apoiar a antecipação do processo negocial de alteração do modelo de avaliação no âmbito de um processo de revisão do ECD*

Da indignação à exigência:

PROFIT

25 NOV REGIÃO NORTE

26 NOV Região Centro

27 NOV Grande Lisboa

28 NOV Região Sul

NÃO FALTES!

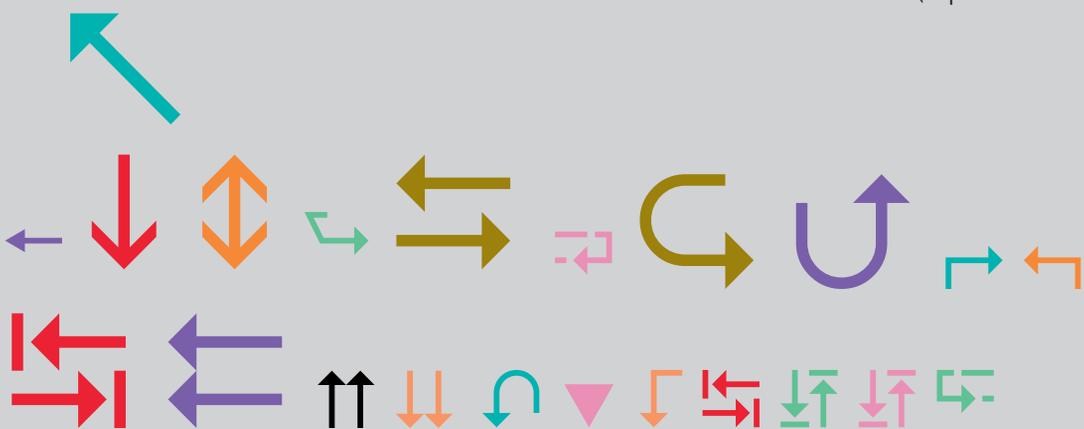
PARTICIPA!

- *Rejeitar as propostas apresentadas pelo ME para revisão da legislação de concursos*
- *Exigir a correcção das irregularidades e ilegalidades na elaboração dos horários de trabalho e o pagamento de serviço extraordinário quando não seja possível respeitar a legislação*
- *Exigir condições que viabilizem a concretização da autonomia, da participação e o funcionamento democrático dos órgãos de direcção, gestão e administração das escolas*
- *Considerar inaceitáveis as medidas que visem limitar a organização e o exercício da actividade sindical*

deixem-nos ser professores!

ESTIO

PROTESTO NACIONAL DESCENTRALIZADO (capitais de distrito)



Entre aspas, uma ministra que ainda governa!?



Se é verdade que “Mais de 100 Mil Professores Aprovam Greve” com a participação na grandiosa “Manif dos Professores Contra o Governo”, a “Ruptura Total” com esta política era uma realidade evidente, agora afirmada com esta grande acção lançada pela Plataforma.

“Na Rua Contra a Ministra” e contra o que ela representa, os docentes portugueses voltaram a inundar Lisboa de querer e revolta, contrastando com a atitude arrogante e prepotente de quem não tem razão – Maria de Lurdes Rodrigues e um patético primeiro-ministro que insiste em defender não só a política negativa do seu Ministério da Educação, como, mais grave, a atitude da sua titular.

Nem Alegre nem Assis, ambos do PS e, que se saiba, com militância em campos diferentes de largo espectro, já suportam tal verborreia. Desta, distingo duas afirmações de MLR: *não há outro modelo disponível e há falta de propostas dos sindicatos*. A ministra mente com a mesma pujança com que desconhece o que se passa nas escolas. As escolas estão a parar. Os professores contestam este modelo e este Estatuto. A ministra está cada vez mais só. Até cair... [entre aspas: títulos e subtítulos do dia 9 de Novembro] ▶

Luís Lobo,

*Departamento de Informação da Fenprof
(Direcção do Sindicato dos Professores da Região Centro)*

A manifestação na Comunicação Social

Creio que há que analisar o antes e o depois. Antes do dia 8, a Comunicação Social mostrou-se sempre parcimoniosa (excessivamente), mesmo depois de informarmos que os nossos indicadores apontavam com grande segurança para uma manifestação ainda maior que a de Março. Alguns, acredito que terão duvidado; outros, sabiam que assim era e persistiram numa informação em que procuraram destacar eventuais vozes dissonantes e lançar a dúvida sobre a magnitude da manifestação.

No e depois do dia 8, a realidade impôs-se: 120.000 professores e educadores dão nas vistas, e uma tão grande manifestação apenas oito meses após outra de dimensão aproximada davam uma nota inquestionável da revolta e da determinação de toda a classe. Após esse dia, a avaliação dos professores ocupa a agenda de todos os OCS. É incontornável.

Destaco só uma pequena nota que julgo significativa. As primeiras páginas do dia 9 foram claras e objectivas: *Ruptura total entre os professores e o Governo* («Público») e *120 mil na ‘manif’ dos professores contra o Governo* («Diário de Notícias»). Note-se que ambos escreveram professores, e não outra coisa qualquer, e ambos colocaram o Governo como interlocutor e não só o Ministério da Educação. Ambos perceberam em que termos e entre que partes se coloca agora o conflito. ▶

Manuel Grilo

*Departamento de Informação da Fenprof
(Direcção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa)*

Vemos, ouvimos e lemos... Não podemos ignorar

Poema e mote de uma canção que ficou na memória de toda uma geração de portugueses que construíram o Portugal de Abril.

Três décadas depois, vemos, ouvimos e lemos a luta dos professores que dominou e tem dominado a actualidade da Comunicação Social. A razão da luta dos professores começa a “sair da escola” e a entrar nas “casas dos portugueses”.

Os ataques do Ministério da Educação e do Governo à Escola Pública, intensificados nos últimos 3 anos, e a grande resistência e luta dos docentes em defesa da educação, dos alunos e da Escola Pública é algo que não podemos ignorar! ▶

Manuel Nobre,

*Departamento de Informação da Fenprof
(Direcção do Sindicato dos Professores da Zona Sul)*

NOTA. A «SPN-Informação» agradece aos “repórteres fotográficos” que prontamente acederam à solicitação que lhes fizemos: Abílio Lourenço, Anabela Sousa, Carlos Mota Soares, Emília Cruz, Felizarda Barradas, Henrique Borges, João Campos, Jorge Pimentel, José Paulo Oliveira e Luís Miguel Cardoso.

Eu não estive lá...



Sim. Eu sei. Devia ter estado. Mas não estive. Fisicamente falando, como é óbvio! Porque estive constantemente a acompanhar pelos órgãos de Comunicação Social, desde a partida dos diferentes sítios do país até à chegada a Lisboa. Já agora... Não estive, porque a actividade sindical levou-me para fora da minha ilha, o que impossibilitou a presença em Lisboa. Mas tive vontade de estar. Senti um formigueiro a percorrer a espinha quando vi as primeiras imagens da Praça do Comércio. Grandiosa manifestação de gritos incontidos, de desejos revoltados, de vontades de mudança. O que vi nos OCS foi essa grande massa de professores a gritarem bem alto que desejam ser avaliados, mas não neste modelo imposto pelo ME. Querem avaliação, mas esta não! Foi esta a imagem: professores em luta por um novo modelo de avaliação, por uma nova ideia de escola e de ensino. Mas eis que a ministra, em directo, minimiza os milhares de vozes que se libertam pela Baixa de Lisboa numa catarse nunca antes vista. Refere traição dos sindicatos porque assinaram um acordo que não respeitaram. Que grande mentira! E não vi os jornalistas a procurarem o contraditório. Vi a ministra em directo no Telejornal a dizer o indizível. A procurar justificar o injustificável. A fazer triste figura! A ter um discurso solipsista! A dizer aquilo em que já ninguém acredita! Só mesmo o eng.º Sócrates, que numa atitude inflexível acredita que vai levar esta avaliação até ao fim. Até ao fim, orgulhosamente sós! ▶

Fernando Vicente,

*Departamento de Informação da Fenprof
(Direcção do Sindicato dos Professores da Região Açores)*

A mediatização da Manif

A descontinuidade geográfica do país e os custos da insularidade – vivo na Madeira – impediram-me de participar na grandiosa manifestação de 8/11. Como alternativa, procurei acompanhar tudo o que passou através da Comunicação Social, em especial das televisões. Das reportagens que vi, destaco as aberturas dos telejornais da tarde e noite, que dedicaram imenso tempo a esta iniciativa sindical, com directos, em que os entrevistados, na sua maioria colegas que se manifestavam, quase em uníssono referiam que aderiram a esta forma de luta porque já não conseguiam ser professores devido ao excesso de burocracia existente nas escolas. Fiquei com a nítida sensação de que a mensagem passou. A prova de que conseguimos sensibilizar o país para as verdadeiras razões da revolta docente tive-a no Jornal de Sábado da Sic-Notícias, em que José Manuel Fernandes, do «Público», revelou total sintonia com as posições dos professores, chegando ao ponto de desmontar como poucos a retórica da ministra, que o havia precedido no microfone. A forma como contrariou a argumentação ministerial de que não trabalhava em função da agenda eleitoral foi demolidora, ao afirmar que não é isso que se verifica e exemplificando com o facilitismo dos exames nacionais e com as taxas manipuladas de sucesso e abandono escolar com que ela se costuma vangloriar. ▶

João Sousa,

*Departamento de Informação da Fenprof
(Direcção do Sindicato dos Professores da Madeira)*

Uma capa histórica

O jovem repórter correu para o seu jornal e, orgulhoso, garantiu ao responsável pelo fecho da edição nesse fim de tarde: *Estão mais de 120.000 pessoas neste boneco! Temos capa!* Pouco entusiasmado, quase prestes a iniciar aquele discurso do sim, mas, o chefe de serviço naquele 8 de Novembro ainda tentou congelar o entusiasmo do estagiário: *Tens mesmo a certeza dos 120.000? A Polícia confirmou?* Inexperiente, mas lúcido, o jovem repórter não teve papas na língua: *A PSP não quis avançar números, mas no Terreiro do Paço houve um graduado que deixou escapar: “Não sei se são 120 mil ou 150 mil, mas uma coisa vos garanto: hoje é mais fácil encontrar agulha em palheiro do que um professor em casa”.* Entre um sorriso amarelo e um olhar tenso para o telefone das altas chefias, que acabou por não tocar, o homem do fecho da edição lá acabou por sentenciar: *Publique-se!* De manhã, tinha uma capa histórica: *“120.000 professores na rua em luta pelo futuro, desfilando numa avenida de Liberdade”.* ▶

José Paulo Oliveira,

jornalista (colaborador do Jornal da Fenprof)



Não sei quantos seremos, mas que importa?!
Um só que fosse, e já valia a pena
Aqui, no mundo, alguém que se condena
A não ser conivente
Na farsa do presente
Posta em cena!

Não podemos mudar a hora da chegada,
Nem talvez a mais certa,
A da partida.
Mas podemos fazer a descoberta
Do que presta
E não presta
Nesta vida.

E o que não presta é isto, esta mentira
Quotidiana.
Esta comédia desumana
E triste,
Que cobre de soturna maldição
A própria indignação
Que lhe resiste.

Miguel Torga, em "Câmara Ardente"

É preciso saber ouvir e dialogar

Manuel Alegre,

deputado do PS

(Editorial, «Ops!» nº 2 – Nov.2008)

O lançamento do número 2 da revista «Ops!», dedicado à educação, ocorre depois de factos que não podem deixar de ser salientados: a eleição de Obama, que foi uma reafirmação da vitalidade da democracia americana, e que constitui em si mesma uma grande esperança para os Estados Unidos e o mundo; a manifestação que reuniu em Lisboa mais de cem mil professores em protesto contra o sistema de avaliação imposto pelo ministério; o alerta de 15 antigos reitores em carta enviado ao Presidente da República e ao primeiro-ministro na qual alertam para o risco de ruptura financeira nas universidades. E a resposta do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), de que nas universidades há maus gestores.

Se a eleição de Obama é um facto de mudança, devemos ter consciência de que, num país como o nosso, o que faz mudar é a formação das pessoas, a educação, a cultura, a comunicação, a produção e divulgação científica, a inovação tecnológica e social. Tal não é viável num clima de tensão permanente entre o Ministério da Educação e os professores, nem num ambiente de incompreensão entre o MCTES e as universidades.

Confesso que me chocou profundamente a inflexibilidade da ministra e o modo como se referiu à manifestação, por ela considerada como forma de intimidação ou chantagem, numa linguagem imprópria de um titular da pasta da Educação e incompatível com uma cultura democrática.

Confesso ainda que, tendo nascido em 1936 e tendo passado a vida a lutar pela liberdade de expressão e contra o medo, estou farto de pulsões e tiques autoritários, assim como daqueles que não têm dúvidas, nunca se enganam e pensam que podem tudo contra todos.

Tudo se discute, menos o essencial

O Governo redefiniu a reforma da Educação como uma prioridade estratégica. Mas como reformar a Educação sem ou contra os professores? Em meu entender, não é possível passar do laxismo anterior a um excesso de burocracia conjugada com facilitismo.

Governar para as estatísticas não é reformar. A falta da exigência da Escola Pública põe em causa a igualdade de oportunidades. Por outro lado, tudo se discute menos o essencial: os programas e os conteúdos do ensino. A Escola Pública e as universidades têm de formar cidadãos e não apenas quadros para as necessidades empresariais. No momento em que começa a assistir-se no mundo a uma mudança de paradigma, esta é a questão essencial. É preciso apostar na qualificação como um recurso estratégico na economia do conhecimento, através da aquisição de níveis de preparação e competências alargados e diversificados.

Não é possível avançar na democratização e na qualificação do sistema escolar se não se valorizar a Escola Pública, o enraizamento local de cada escola, a participação de todos os interessados na sua administração, a autonomia e responsabilidade de cada escola na aplicação do currículo nacional, a educação dos adultos, a autonomia das universidades e politécnicos.

Não aceito a tentativa de secundarizar e diminuir o papel do Estado no desenvolvimento educacional do nosso país. Sou a favor da gestão democrática das escolas, com participação dos professores, dos estudantes, dos pais, das autarquias. Defendo um forte financiamento público e um razoável valor de propinas, no Ensino Superior, acompanhado de apoio social correctivo sempre que necessário. E sou a favor do aumento da escolaridade obrigatória para doze anos. Devem ser criadas condições universais de acesso à escolaridade obrigatória, nomeadamente através de transporte público gratuito e fornecimento de alimentação. O abandono escolar precoce deve ser combatido nas suas causas sociais, culturais e materiais.

Não se pode reformar a Educação tapando os ouvidos aos protestos e às críticas. É preciso saber ouvir e dialogar. É preciso perceber que, mesmo que se tenha uma parte da razão, não é possível ter a razão toda contra tudo e contra todos. Tal não é possível em Democracia. ▶





Redução da componente lectiva

As condições para que os docentes dos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico, do Ensino Secundário e da Educação Especial tenham direito à redução da sua componente lectiva, foram alteradas pelo novo Estatuto da Carreira Docente (ECD). Assim, as primeiras duas horas de redução são concedidas quando o docente atinge 50 anos de idade e 15 anos de serviço; tem direito a mais duas horas ao atingir 55 anos de idade e 20 anos de serviço; as restantes quatro horas são concedidas quando o docente completar 60 anos de idade e 25 anos de serviço.

Está, no entanto, salvaguardada a situação dos professores que à data da entrada em vigor do novo ECD já beneficiavam da redução da componente lectiva de acordo com o artigo 79º do Decreto-Lei nº 1/98, de 2 de Janeiro. Estes docentes mantêm essa redução, podendo beneficiar das reduções previstas no artigo 79º do novo Estatuto até ao limite de 8 horas, quando preencherem os requisitos ali previstos.

De acordo com o novo ECD, os docentes da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico em regime de monodocência, quando completarem 60 anos de idade, podem requerer a redução de cinco horas da sua componente lectiva semanal.

Podem requerer, ainda, a concessão de dispensa total da componente lectiva, pelo período de um ano escolar, os docentes destes sectores que atinjam 25 e 33 anos de serviço lectivo em regime de monodocência. No entanto, só podem beneficiar desta redução os docentes que não estejam abrangidos pelo regime transitório de aposentação previsto nos artigos 7 a 9 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 229/2005, de 29 de Dezembro.

JULHO

I Série

09. Portaria 604/08

Define as regras a observar no procedimento concursal prévio à eleição do director, nos termos do Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de Abril.

11. Portaria 617/08

Adita à Portaria nº 803/2007, de 24 de Julho, o elenco de cursos reconhecidos como habilitação para a docência nos grupos e subgrupos do ensino vocacional da Música.

15. Decreto-Lei 124/08

Altera o Decreto-Lei nº 224/2006, de 13 de Novembro, estabelecendo as condições de colocação em situação de mobilidade especial regulada pela Lei nº 53/2006, de 7 de Dezembro, para os docentes declarados incapazes para o exercício das suas funções, mas aptos para o desempenho de outra.

28. Decreto-Lei 144/08

Determina a transferência de competências em matéria de educação para os municípios.

II Série

03. Despacho 17.931/08

Determina o calendário escolar para o ano lectivo 2008-2009.

03. Despacho 17.932/08

Promove o apoio financeiro a conceder às entidades financeiras dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo que ministram o ensino especializado da Música.

04. Despacho 18.038/08

Determina que os planos de formação devem ser organizados para dois anos lectivos.

04. Despacho 18.039/08

Determina a constituição dos centros de formação das associações de escola.

04. Despacho 18.040/08

Dispensa da profissionalização em serviço, mediante condições especiais, os docentes que leccionam em estabelecimentos do ensino particular e cooperativo e em escolas profissionais.

04. Despacho 18.041/08

Regula as condições específicas de matrícula nos cursos Básico e Secundário de Música em regime supletivo.

17. Despacho 19.117/08

Estabelece os princípios orientadores que regem a organização do ano lectivo 2008-2009.

21. Despacho 19.308/08

Aplica-se aos agrupamentos e às escolas não agrupadas com Ensino Básico e tem como objecto a distribuição do serviço docente nas áreas curriculares disciplinares ao nível do 2º Ciclo.

30. Despacho 20.131/08

Determina as percentagens de atribuição das menções qualitativas de "Excelente" e "Muito Bom".

31. Aviso 21.069/08

Publicitação das listas de ordenação e de exclusão para o concurso de afectação.

AGOSTO

I Série

01. Aviso 21.094/08

Concurso de recrutamento para o exercício de funções docentes no ensino de português no estrangeiro, no ano escolar 2008-2009, em regime de contrato nos termos do Decreto-Lei nº 165/06, de 11 de Agosto.

II Série

04. Aviso 21.161/08

Concurso de selecção dos professores do ensino particular e das escolas profissionais para a profissionalização em serviço, ao abrigo do Decreto-Lei 287/88, com as alterações do Decreto-Lei 345/89, para o biénio 2008/2010.

05. Despacho 20.513/08

Regulamento de concessão do Prémio de Mérito para os alunos que frequentam o Ensino Recorrente.

11. Despacho Normativo 37/08

Permite a atribuição de equivalência à componente de formação tecnológica dos cursos tecnológicos de Ensino Recorrente por módulos capitalizáveis.

11. Despacho 20.596/08

Regula as condições de aplicação das medidas de acção social escolar.

12. Despachos 1.807-1808/08

Rectificações aos avisos dos concursos de professores dos ensinos Básico e Secundário, de 7 de Abril, e ainda

do aviso de concurso de recrutamento de professores para o exercício de funções docentes de Português no estrangeiro.

22. Aviso 22.308/08

Concurso de recrutamento para o exercício de funções docentes de ensino de Português no estrangeiro para o ano escolar 2008-2009.

25. Portaria 957/08

Portaria de extensão das CNIS e IPSS.

26. Aviso 22.490/08

Abertura de concurso para acesso à profissionalização em serviço para os docentes do ensino artístico da Música e da Dança.

03. Portaria 995/08

Estabelece os valores máximo e as normas reguladoras das mensalidades a praticar pelos estabelecimentos de educação especial com fins lucrativos.

09. Lei 58/08

Aprova o estatuto disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas.

16. Portaria 1.049/08

Define os critérios e a respectiva fórmula de cálculo para determinação da dotação máxima de referência do pessoal não docente, por agrupamento de escolas ou escola não agrupada.

II Série

04. Aviso 22.964/08

Publicitação das listas dos candidatos ao concurso de professores das escolas do ensino particular, incluindo as profissionais, para a profissionalização em serviço.

16. Despacho 23.403/08

Cria uma linha de apoio financeiro para alargamento da rede de Educação Pré-Escolar com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2008.

OUTUBRO

I Série

10. Portaria 1.148/08

Apoio financeiro para os alunos que frequentam associações e cooperativas de Ensino Especial.

II Série

03. Despacho 24.755/08

Fixa o apoio financeiro aos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da rede pública para o ano lectivo 2008-2009.

06. Aviso 24.563/08

Concurso para a realização da profissionalização em serviço dos docentes das escolas públicas do ensino artístico da Música e Dança para o biénio 2008/2010.

23. Despacho Normativo 55/08

Define normas orientadoras para a constituição de territórios educativos de intervenção prioritária (TEIP) de segunda geração.

24. Despacho 27.136/08

Adita ao Despacho 7.465/08 o ponto 4.1. que determina que não haverá subdelegação de competências do avaliador.

SETEMBRO

I Série

03. Portaria 994/08

Estabelece os valores máximos e as normas reguladoras das mensalidades a praticar pelas cooperativas e associações de Ensino Especial.



CONVOCATÓRIA

Sindicato dos Professores do Norte

ASSEMBLEIA-GERAL ORDINÁRIA DE SÓCIOS

28 de Janeiro de 2009

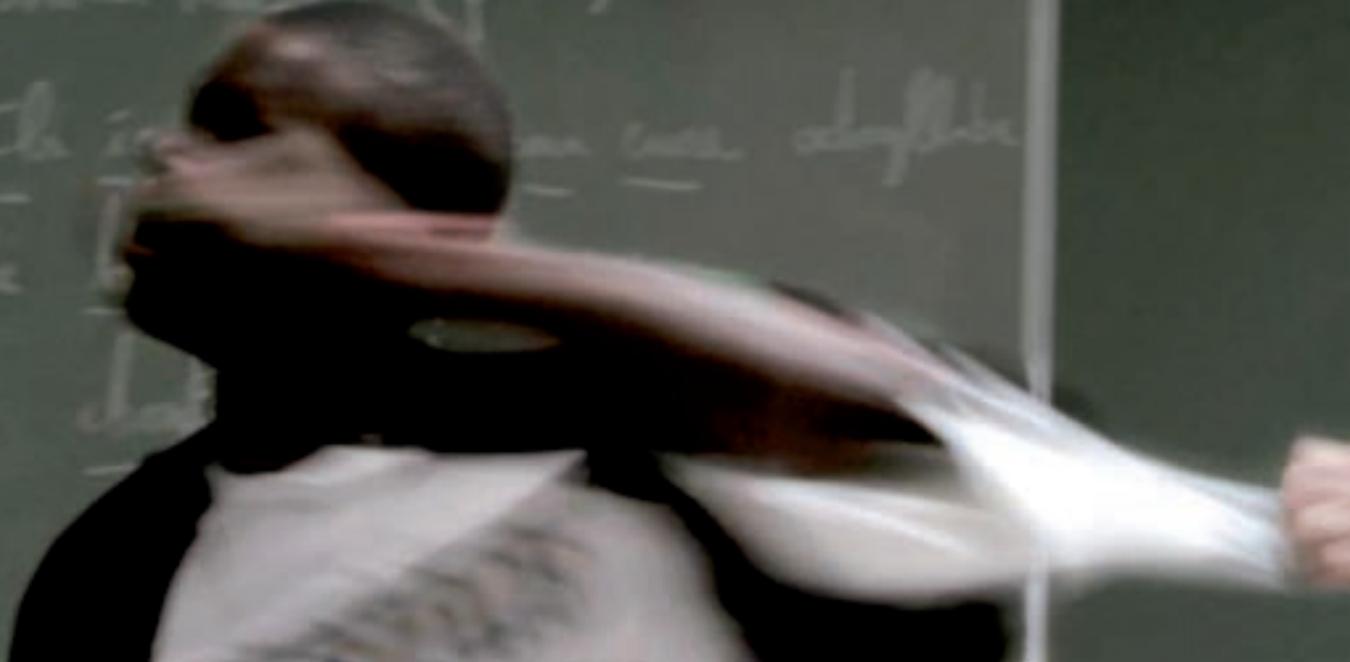
De acordo com os Estatutos do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), convoco uma Assembleia-Geral Ordinária de Sócios, descentralizada, para o dia 28 de Janeiro de 2009, com início às 16h30, a realizar na sede do SPN, no Porto, e nas sedes das Áreas Sindicais, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1. Análise da situação político-sindical
2. Apreciação e votação do Plano de Actividades e Orçamento do SPN para 2009

Se à hora indicada não houver quórum, a Assembleia-Geral realizar-se-á meia hora mais tarde, com qualquer número de presenças.

Porto, 15 de Novembro de 2008
A Presidente da Mesa da Assembleia-Geral
Ana Maria Brito Jorge



As tempestades da adolescência

Ora alegres e extrovertidos, ora tristes, ora coléricos, os adolescentes atravessam um período de profundos reajustamentos identitários que, muitas vezes, desestabilizam pais e professores. Devemos preocupar-nos? Como lidar com a situação?

Nicole Catheline e Véronique Bedin
(tradução de Helena Miranda)

Éric, 14 anos, termina o 8º ano numa escola tranquila da província. Aqui não há droga, não há assaltos. No entanto, há algum tempo que os pais se preocupam. Eles que sempre o conheceram empenhado, por vezes até demasiado, vêm-no agora a deambular, a fazer *zapping* em frente à televisão, a contemplar o frigorífico meio vazio, a fechar-se horas a fio no quarto, a irritar-se, por tudo e por nada, sempre que lhe dirigem a palavra e, pior do que isso, a faltar às aulas para deambular pelas ruas. Os seus resultados escolares entram em queda livre. Apesar de várias tentativas de conciliação, Éric parece escapar a qualquer controlo... Os pais, desamparados, decidem consultar um pedopsiquiatra.

Actualmente, a procura de consultas por dificuldades escolares multiplica-se nos serviços de psiquiatria para adolescentes. A entrada na adolescência coincide com os anos dos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico. Não será de admirar, portanto, que seja nestes níveis de escolaridade que mais se façam sentir as turbulências deste período. Como interpretar, então, e fazer face a estas manifestações, por vezes tão avassaladoras, que preocupam tantos pais e perturbam professores? E, por fim, devemos conceder-lhes a importância dramática sublinhada por alguma literatura e alguma comunicação social, enquanto, por outro lado, os inquéritos revelam que 90% dos adolescentes se sentem bem na sua pele?

Coincidindo com a entrada na adolescência, a entrada nesta fase da escolaridade provoca um verdadeiro *big-bang* identitário: durante cerca de 4 anos, a criança sofre toda a espécie de metamorfoses, quer corporais, quer mentais. Estas transformações estão na origem de enormes tensões, exacerbadas pelo novo estatuto social, correspondente à entrada num novo e diferente ciclo de escolaridade. Primeiras transformações: o crescimento e a puberdade. O jovem adolescente vê o seu corpo submetido a mudanças incessantes – o crescimento acelera espantosamente e inicia-se um cortejo de pequenos grandes problemas: um dia são as borbulhas que rebentam, no outro os pêlos que despontam... E o corpo torna-se fonte de preocupação e angústia. Até ao fim da puberdade, rapazes e raparigas queixam-se de um nariz demasiado grande, do excesso ou da ausência de pêlos, do peito grande demais ou excessivamente pequeno... Transformações corporais que constituem um permanente factor de desestabilização para o adolescente, resultando em prolongadas permanências na casa de banho...

A fim de esconjurar esta sensação de estranheza de si próprio, o adolescente experimenta estilos, *looks* diferentes. O vestuário torna-se um elemento constitutivo da sua identidade – “gótico”, “rapper”, “lolita”, o adolescente procura identidades provisórias, que não são senão carapaças para camuflar as mudanças que o afectam.

Outro elemento importante da sua identidade é o quarto – espécie de toca ou de domínio onde se refaz –, que constitui uma extensão do seu corpo. Os “proibido entrar” e as caveiras são afixados nas portas, a música mantém-se ligada em permanência e é amaldiçoado o pai que ouse desligá-la (para que o seu filho trabalhe!) ou que desloque um objecto! Arrisca-se a furiosas acusações de atentado contra a integridade de um domínio que o jovem considera como parte do seu corpo.

O aparecimento dos primeiros sinais de *sexualização* modifica radicalmente as relações com os pais. O pudor nascente conduz a um distanciamento, tanto em público, como em privado. O olhar dos jovens adolescentes sobre os seus pais transforma-se. É frequente ouvir raparigas que se queixam do barulho que faz o pai ao mastigar, ou de rapazes que não suportam qualquer contacto físico com os pais. A partir de determinada altura o adolescente quer decidir e gerir ele próprio a relação: “Quando me apetecer abraçar-te, abraço-te. De outro modo, não me tocas!”



Separar-se sem se destruir

Neste processo de auto-construção, o adolescente tem que abandonar as suas anteriores referências e os modelos parentais. Os especialistas falam de um processo de “separação-indivuação”. O adolescente começa a distanciar-se, tanto no sentido próprio como figurado. “Como ser original, sem renegar as suas origens?” é, segundo Philippe Jeammet, a questão que se lhes coloca.

O bom desenvolvimento deste processo depende inteiramente das relações tecidas com os pais e será tanto mais fácil quanto mais abertas essas relações tenham sido durante a infância. Como refere, com humor, o psiquiatra Daniel Marcelli, há filhos que se colam aos pais como *post-it* e outros como com cola UHU. Se para os primeiros a separação é mais simples, para os segundos é preciso arrancar tudo e, neste caso, a dificuldade em romper com os laços familiares traduz-se pela revolta.

Do lado dos pais, dois medos entram no processo de individuação: a escolaridade e os amigos. Resultados escolares medíocres impedem o acesso ao estatuto social esperado e as más companhias podem conduzir o adolescente à droga, à violência, à marginalização... É por isso que os pais tentam, por todos os meios, manter o contacto. Não o fazem é, por vezes, da melhor maneira.

Há os inquiridores e intrusivos, que interrogam incessantemente os filhos sobre os mais pequenos gestos e acontecimentos. Outros acham por bem fazer-lhes confidências, muitas vezes fardos difíceis de suportar, sobre as suas próprias desilusões sentimentais. Mas em todos os casos, e após experimentarem o sentimento de detentores do bem-estar dos filhos, os pais não suportam vê-los, de repente, tristes ou coléricos. Esta atitude, que manifesta uma expectativa parental elevada, é, de qualquer modo, preferível

ao distanciamento afectivo de que padeciam, em tempos, os adolescentes. Há naquela atitude, no entanto, o risco de prender pais e filhos numa ligação demasiado forte. Inversamente, conceder-lhes uma autonomia precoce, baixando os braços, deixando-os desembaraçar-se sozinhos, é igualmente desaconselhável. Em suma, há que encontrar uma justa medida. É através das negociações entre pais e filhos que os adolescentes se tornarão autónomos, concedendo aos pais a possibilidade de vigiar, a uma distância aceitável.

As apostas da escola

Como pode a escola reconhecer, acompanhar, gerir estas transformações identitárias? Para atingir este objectivo é preciso, antes de mais, evitar um duplo mal-entendido. Por um lado, muitas vezes, pais e professores não se entendem sobre o que é mais útil, do ponto de vista escolar, para o adolescente. O que está em jogo, durante este período da escolaridade, é a estruturação da personalidade, a procura de si próprio. Esta procura identitária só pode fazer-se através do “outro” (amigo, professor, pai). Ora, muitas vezes, a instituição não vê senão o aluno, o aprendente do saber, e não o ser, cuja personalidade se encontra em estruturação no seio de um grupo. Por outro lado, é importante que todos entendam que, não renegando o conhecimento, muito pelo contrário, as



crianças procuram, no entanto, em primeiro lugar, o adulto, a pessoa por trás do professor. Observam tanto a sua atitude pessoal, a sua forma de vestir, de se comportar, como a sua forma de ensinar. Um adolescente ficará particularmente chocado se for castigado por um atraso, se o professor que o castiga não se desculpar quando chega, ele próprio, mais tarde à aula. Os adolescentes são muito reflexivos. Se lhes dizemos “branco”, eles dizem “preto” só para nos levarem mais longe numa cadeia de argumentação que só pára quando eles mandam. Muitas das reflexões dos adolescentes são consideradas insolência ou estupidez, quando apenas traduzem a sua vontade de procurar o “outro”, ao mesmo tempo que se procuram a si próprios. Se não compreenderem esta “fome do outro”, própria dos adolescentes, os professores arriscam-se a nada poderem transmitir-lhes.

A organização destes dois ciclos de escolaridade contém todos os ingredientes que contribuem para o desenvolvimento do adolescente:

- no plano escolar, a diversidade de professores e de disciplinas é propícia ao exercício de comparação entre métodos e entre pessoas, à abertura ao mundo;
- no plano pedagógico, a introdução de itinerários de descoberta ou de desenvolvimento de projectos artísticos ou culturais constitui uma iniciativa plena de possibilidades, desde que não seja encarada como um tapa-misérias para dar a ilusão aos alunos com dificuldades académicas de que fazem parte integrante do sistema;
- a turma é o local privilegiado para a expressão plena das capacidades emergentes de raciocínio e de reflexão dos jovens adolescentes.

Por ter em conta as necessidades desenvolvimentais dos adolescentes, o trabalho em equipa permite diminuir as tensões e manter em estado de alerta a capacidade de escuta de cada um. Assim, a escola deve apostar na relação com o “outro”, contribuindo para fortalecer os laços sociais.



A vertigem do pensamento

Uma capacidade emergente na adolescência é o desenvolvimento do pensamento abstracto e do pensamento reflexivo. A evolução do pensamento constitui uma verdadeira revolução na relação do adolescente com o mundo exterior e com ele próprio. É no final do Ensino Primário que a criança concebe que o outro possa ter um ponto de vista diferente do seu. Esta mudança de perspectiva introduz a descoberta da reciprocidade e instala a dúvida no espírito do jovem adolescente: “Afinal, não sei exactamente se fulano pensa o mesmo que eu”.

A descoberta de um pensamento sobre si próprio é uma fonte de enriquecimento, mas é, também, fonte de inquietações e de dúvidas. A psicanalista Sophie de Mijolla fala mesmo de um “desmoronamento do terreno da evidência”. Para alguns adolescentes, o questionamento dos seus modos de pensamento anteriores suscita, por vezes, uma inquietação que os faz agarrarem-se ao funcionamento da infância – continuam a trabalhar para agradar aos professores e aos pais. Recusam os benefícios de um pensamento autónomo, porque, assim, põem em causa a harmonia das relações anteriormente estabelecidas. A vertigem do pensamento assusta-os. São estes jovens que apresentam dificuldades a partir do 8º ano, quando lhes são exigidas sólidas capacidades de abstracção. Acontece que este momento coincide com a puberdade: compreende-se, então, melhor, o facto de serem estas turmas tão difíceis. O que se passa, de facto, é um encontro explosivo entre adolescentes que devem viver a sua puberdade, alunos que têm dificuldade em assumir um pensamento autónomo e adultos que nem sempre sabem como responder e gerir a situação.

Apropriar-se de um saber e sentir prazer com isso é uma grande descoberta da adolescência. Tanto mais que este modo de pensamento é indispensável à capacidade de fazer opções, à consolidação do espírito crítico, à formação de um indivíduo livre, em suma. E neste processo, os pais devem ser guias, nem muito próximos, nem muito distantes.

Os adolescentes que fabricamos...

A adolescência é uma invenção recente, um “luxo” das sociedades actuais. Antes, as crianças trabalhavam nos campos ou nas fábricas e a puberdade era, simplesmente, a passagem de um corpo de criança a um corpo de adulto.

Com o alongamento da escolaridade, as crianças, sobretudo as dos países ricos, passaram a dispor de um longo período para se construírem, para reflectir, para crescer. O paradoxo reside em que, simultaneamente, a sociedade estigmatiza os adolescentes: demasiado mimados, sem limites, sem referências... É o *leitmotiv* difundido pela imprensa. Mas se, de facto, os adolescentes, por vezes, incomodam, compete talvez aos adultos interrogarem-se sobre os valores que lhes transmitem, ou melhor, que deveriam transmitir-lhes, e isto desde a infância. O desenvolvimento do indivíduo, assim como a sua educação, é um processo contínuo. Não ver na adolescência senão uma série de perturbações e de rupturas pode fazer crer que nessa idade tudo pode ser reconstruído, quando se trata, simplesmente, de uma prova à solidez da construção anterior. O estabelecimento de limites e de referências desde a infância permite ao indivíduo resistir aos golpes da adolescência. ▀

Nota: Artigo da rubrica “L’enfant du 21ème siècle” publicado no Grande Dossier nº 8 da revista francesa «Sciences Humaines» (Set/Out/Nov, 2007). Nicole Catheline, psiquiatra no serviço de dia de acolhimento terapêutico para adolescentes do Centro Hospitalar Henri-Laborit, em Poitiers, é autora de «Psychopathologie de la scolarité» (Ed. Masson, 2007) e do recente «Harcèlements à l’école» (Ed. Albin Michel, 2004). Véronique Bedin é historiadora e editora especializada em questões de educação. Em conjunto, publicaram «Les années-collège. Le grand malentendu» (Ed. Albin Michel, 2004).



A propósito de «A Turma», Palma de Ouro em Cannes'2008

Ensinar consiste em transformar a violência em desejo

Antigo professor e autor de, entre outros, «Como um Romance» – talvez o seu livro mais lido, editado em Portugal pela ASA – e «Chagrin d'École» (romance autobiográfico sobre os disfuncionamentos do sistema escolar, distinguido com o Prémio Renaudot 2007), Daniel Pennac viu «A Turma» e gostou. Se a fita ainda correr numa sala perto de si, não deixe de ver também. É outra perspectiva das *tempestades da adolescência* tratadas nas páginas anteriores.

“Formidável, este filme! Primeiro, pelo jogo entre alunos e professores. Depois, pela incrível intensidade da narrativa. Por fim, porque o conjunto resulta numa ficção verdadeira, que Laurent Cantet certamente procurava. O espectador é mergulhado neste turma, onde tudo é revelado ao mais ínfimo pormenor. O reverso desta força sugestiva reside em que poderia deixar entrever que «A Turma» descreve a situação dos milhões de alunos que povoam as escolas. O que não é o caso. É uma turma específica, com problemas próprios.

Uma turma do 8º ano, numa escola de Paris. 14 anos, a idade mais difícil – da explosão biológica. No entanto, do fundo dessa tumultuosa confusão, emergem pedaços de inteligência. Esmeralda, por exemplo, uma das personagens principais, manifesta uma astúcia shakespeariana; como Iago, manipula, testa os limites de uns e outros e acumula competências que se pressente usará na idade adulta.

Mas o que mais impressiona é a solidão generalizada. Um professor vai abaixo na sala dos professores e que silêncio entre os colegas! Decorre um conselho de turma sem que ninguém releve a algazarra dos dois alunos delegados. E que fosso entre estes adultos evasivos e estes adolescentes! Os miúdos, aliás, não são mais solidários do que os grandes. Cada um tem a sua crise pessoal, ao sabor de circunstâncias em permanente mudança.

No entanto, e apesar dessa assustadora cacofonia, o filme revela as invariantes do confronto aluno-professor, independentes da época ou do meio social: descobrir os limites do professor, sublinhar as suas contradições, pedir-lhe que justifique a utilidade do conhecimento, marcar permanentemente o hiato entre o que é ensinado e o que o aluno afirma ser a realidade.

Estas invariantes afectam também os professores, nomeadamente perante a eterna questão: “Será que esta turma é digna de receber o que tenho para lhe ensinar?” Que aluno não ouviu da boca do professor: “Vocês são o pior 8º, 9º, 10º ou 12º ano da minha carreira!”?

Tudo isto revela a violência intrínseca à necessidade de aprender e à obrigação de instruir. A dificuldade de ensinar reside neste choque perpétuo entre a ignorância que quer ignorar-se e o saber, sempre sentido como vindo de um lugar estranho. Muito violento o choque, aqui, nesta turma! A arte de ensinar consiste, indubitavelmente, em transformar esta violência em desejo”. ▀

Adaptado de depoimento publicado no «L'Express»

(17.09.2008)

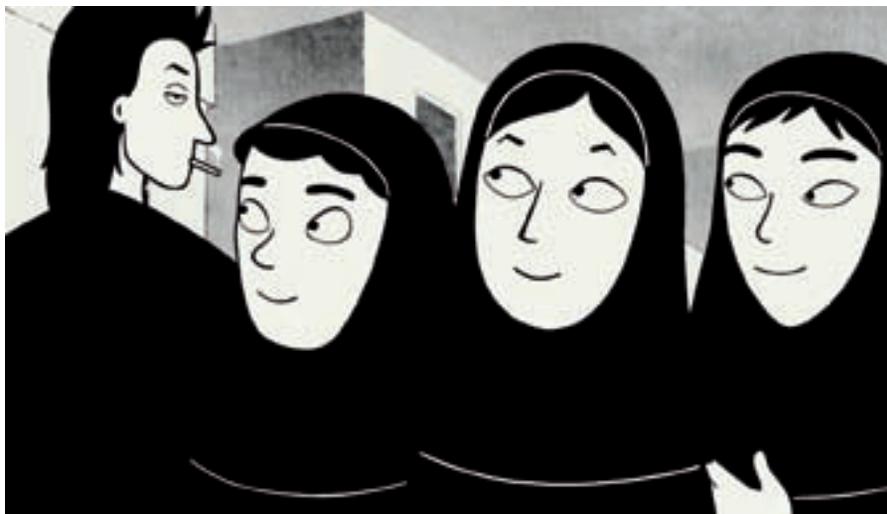


Isto é / Pedro Lino

A gaja não vem mais

Estou no Piolho e a praxe cerca-me por todo o lado. Sempre fui contra estas coisas, empenhei-me militantemente, redigi manifestos. O que me chateia é que os praxados gostam de ser praxados. Mas enfim. O vento bate no caderno e a gaja que ficou de vir não dá sinais de vida. Ando com azar nos últimos tempos. As gajas ficam de aparecer e não aparecem. Não sei se é alguma maldição. E pronto, lá está um gajo a lamentar-se. Até tenho aparecido nos jornais, há gajos que me reconhecem, no sábado apresentei uma revista no Gato Vadio, mas de gajas nada. Pronto, como diz o Reinaldo, sou um gajo polémico. Não vim ao mundo para agradar a gregos e a troianos. Há quem me ame e quem me odeie. As gajas boas podiam amar-me mais. Escrevo e recito, eis a minha missão. Já ando a recitar há três dias seguidos. Deveria conhecer todos os tiques do público. Mais uma vez a gaja não vem. Tantas gajas à minha beira e nenhuma fala comigo. Porra, acabei o trabalho, estou de fim-de-semana! Eh, pá! Não há aqui deuses. Sou apenas o gajo que escreve. Os namorados devoram-se à minha frente. A namorada mostra as mamas. Que venho eu aqui fazer esta noite? Ireis gostar das minhas palavras? Quem é o gajo que vem dizer poemas? Será feliz? Infeliz? As gajas gostam dele ou faltam aos encontros? Teve uma infância feliz? Era tímido na adolescência? Porque é que agora se expõe tanto e vem dizer estas merdas? Acredita em ideais? Teve desilusões políticas? Voltará a ser candidato à presidência da República ou a outra coisa qualquer? Deitará mais estátuas abaixo? Será ouvido pela Judiciária? Apanhará muitas bebedeiras ou já está fodido do fígado? Amará muitas gajas? A verdade é que o homem está numa encruzilhada. Não sabe bem onde está. Qual o caminho a seguir. O que é que o filme te reserva a ti que já passaste por tantos filmes? Os namorados devoram-se e a gaja não vem mais...

António Pedro Ribeiro



Cinema alternativo no Porto

Até 11 de Dezembro, está a decorrer em vários locais da cidade um ciclo de cinema intitulado "Discriminação e Não-Violência". Promovido pela Amnistia Internacional e pelo Movimento Humanista, no âmbito da Marcha Mundial pela Paz e pela Não-Violência, o registo dos filmes é documental – excepção na sessão inaugural, em que foi apresentada uma animação ("Persepolis").

Após a visualização das películas, os organizadores propõem um intercâmbio de opiniões, experiências e testemunhos sobre o tipo de violência e/ou discriminação tratado no filme e formas de superar esse conflito por vias não-violentas.

20/Nov. 21h30 *Agostinho da Silva, um pensamento vivo* (Clube Literário do Porto, R. Nova Alfândega) **27/Nov. 22h** *Os respigadores e a respigadora* (Gato Vadio, R. Rosário) **04/Dez. 22h** *Akha, at a Crossroad + Telling You the Facts* (Gato Vadio, R. Rosário) **11/Dez. 22h** *Suddenly Last Winter* (Maria Vai Com as Outras, R. Almada).
A entrada é livre. ▶

Desenhos do Mar e da Terra: Graça Morais na Fundação Júlio Resende

Júlio Resende: "Quando se anuncia uma exposição de Graça Morais nunca se trata de mais uma exposição. É precisamente o caso presente. A artista cultiva o confronto com uma naturalidade surpreendente. Imparável na busca da verdade mais verdadeira, é no panorama da arte portuguesa um caso paradigmático de robusta determinação em avançar sem cedências a um mundo desacreditado pela manipulação de objectivos nem sempre compreensíveis. O desenho é sempre um sinal da verdade resultado de complexas forças do instinto para um significado de linguagem".

Graça Morais: "São desenhos feitos num ambiente de grande recolhimento, de muito silêncio, de uma absoluta atenção às pessoas, aos objectos e a diversas formas da natureza. Ainda bem que posso vê-los neste Lugar do Desenho.



desenhos do mar e da terra | 1983-2007
até 3/Dezembro
3ª a 6ª feira: 14h30 - 18h30
sábado/domingo: 14h30 - 17h30

Lugar do Desenho – Fundação Júlio Resende
Rua Pintor Júlio Resende, 346
Valbom – Gondomar
224 649 062 | info@lugardodesenho.org

Júlio Resende foi o meu primeiro mestre. Recordo-o nos finais dos anos sessenta, na sala de aula de Pintura da Escola de Belas Artes do Porto, fumando o seu aromático cachimbo, olhando atentamente os quadros dos seus alunos. Lembro-me como ele se sentia pouco à-vontade quando tinha de dar opinião sobre a minha desajeitada pintura – o desconhecimento era grande, mas o desejo e a determinação eram superiores. Um dia o mestre visitou a aula de Desenho do professor Tito Reboredo, viu os meus desenhos e admirado perguntou-me porque é que eu, na aula de Pintura, não pintava como desenhava. Eu respondi porque não sabia e não era capaz de o fazer.

A verdade é que cheguei e chego ao Desenho mais depressa do que à Pintura. Desenho como respiro, numa relação simples, directa e emotiva com o papel. A Pintura coloca-me maiores dúvidas, cria em mim grandes angústias e inquietações". ▶

Os patinhos enfeitados

Estava eu muito sossegado no remanso do lar, quando o telemóvel começou a trepidar em cima do psiché. Quem me conhece sabe bem que não suporto a música dos celulares e muito menos perder tempo em conversas fiadas a que facilmente perco o sentido por causa do bla-bla-bla que, quase sem excepção, chega do outro lado. Então não é muito mais fácil escrever meia dúzia de palavras e dizer tudo de uma vez?

Ainda por cima, talvez por causa do calor emitido pelos aparelhos, não paro de transpirar e chego a ficar com pocinhas de água nos lobos das orelhas. Aliás, não terá sido obra do acaso a circunstância de, com o aparecimento de nokias & C^a, eu ter começado a fazer otites.

Pois bem, ia eu dizendo que o telelé entrou em trepidação alucinante e repetitiva, a ponto de me ter apetecido dar-lhe um safanete. Contive-me, porque uns dias antes estava a sacudir a toalha da rojoadá do Naval-FCP, e com as migalhas lá foi o desgraçado cair do 3º andar do Nicolau para o rés-do-chão do Kãosovar – o cãozito vadio que acampa lá em baixo, à entrada do condomínio. E por pouco não lhe acertou na trampa...

Contive-me, dizia, e não lhe dei o safanete. Mas não atendi a chamada, que ainda por cima era de um número privado. Bem sei que a malta dos *call center* bancários não actua à noite, mas nunca fiando... Adiante!

Quando já estava a pôr os carapins para me meter na cama, reparo que tinha uma mensagem recebida. Não reconheci o número, mas, quando abri, vi que era do Magalhães – enviada de outro celular que não o dele.

Lá lhe liguei. E o que eu não tive de aturar...

Dizia que era uma estratégia de precaução para não o apanharem, que tinha desligado o móvel e que até estava a pensar mudar de operadora. Ao que parece, na escola tê-lo iam ameaçado com procedimento disciplinar porque, numa reunião de pais, se envolveu numa “troca de galhardetes” com um vendedor de lancheiras que lá foi tirar satisfações porque lhe andavam a fazer concorrência desleal, oferecendo às criancinhas umas lancheiras azuis mais modernas, patrocinadas por um tal Zé de Sousa e embrulhadas em Perafita, como tinha apurado no café da esquina.

O pobre do Magalhães lá tentou explicar que não tinha sido tido nem achado naquela coisa da escolinha, que já estava farto de que toda a gente tratasse os professores primários como os patinhos feios do sistema, que estava cansado de preencher formulários e de esclarecer os pais dos meninos sobre coisas que nem ele percebia muito bem, que ninguém lhe explicava porque carga d’água havia de ser obrigado a intermediar um negócio em que nem sequer conhecia as partes envolvidas, que nem o sindicato lhe dava respostas, que papelada pra trás e pra frente, que reunite aguda, e mais não sei o quê, que... que... que...

Que carago, pensei eu, o prof hoje não se cala!...

E não é que parece que ele me leu o pensamento: “Sabes que mais? Estou farto! Cansei-me de ser enfeitado. Vão brincar co’a patinha que os pôs!”.

Patinha que os pôs?! Confesso que não percebi. Deve andar mesmo stressado, o coitado do Magalhães.

E eu aqui co’as orelhas alagadas em suor... ▶



António Baldaia



PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
AUTORIZADO A CIRCULAR EM INVÓLUCRO FECHADO DE N.º 04972008 GRC
PODE ABRIRE-SE PARA VERIFICAÇÃO POSTAL

nesta edição

a abrir

02. Tempo de aniversário

editorial

03. O futuro não passa por eles

política educativa

Em Julho, o ME apresentou às organizações sindicais as linhas gerais de uma proposta de alteração ao diploma que regula os concursos, vindo a concretizar essa proposta apenas no final de Setembro. Entretanto, mesmo no fecho desta edição apresentou uma 2ª versão da proposta, introduzindo algumas alterações significativas.

04. Alterações aos concursos: intenções e consequências

destaque

É mais é só mais uma partida: o ME está a exigir aos professores do 1º Ciclo a realização de tarefas e procedimentos que nada têm a ver com a profissão docente, fazendo deles delegados comerciais em negócio para o qual não foram tidos nem achados.

07. Professores “promovidos” a delegados comerciais

08. A posição do SPN

09. De onde vem o “Magalhães”?

acção reivindicativa

Mais de 120 mil educadores e professores na Baixa lisboeta pulverizaram o número alcançado em Março. Voltámos a fazer a maior manifestação de sempre de uma classe profissional. Imagens e testemunhos do histórico dia 8 de Novembro de 2008.

10. Da indignação à exigência: deixem-nos ser professores!

vemos, ouvimos e lemos

21. É preciso saber ouvir e dialogar

diversos

22. Consultório Jurídico | Índice de Legislação

em foco

Ora alegres e extrovertidos, ora tristes, ora coléricos, os adolescentes atravessam um período de profundos reajustamentos identitários que muitas vezes desestabilizam pais e professores.

24. As tempestades da adolescência

28. Ensinar consiste em transformar a violência em desejo

narrativas

29. A gaja não vem mais

a fechar

31. Os patinhos enfeitados